

Tancredo é homenageado por papel decisivo para democracia

No centenário de seu nascimento, presidente eleito e morto em 1985 foi lembrado nos discursos por suas qualidades como político e conciliador, mas, principalmente, pela fundamental participação no processo que livrou país da ditadura



Marcos Kallme

Fafá de Belém canta, da tribuna do Senado, o Hino Nacional, na sessão solene que teve a participação de dois governadores: o paulista, José Serra, e o mineiro, Aécio Neves, neto de Tancredo

Vinte e cinco anos após a sua morte, e no centenário de seu nascimento, Tancredo Neves recebeu ontem, no Senado, o reconhecimento por sua

atuação em favor da retomada da democracia, durante sessão solene do Congresso em que suas virtudes de estadista e homem público foram exaltadas em todos os discursos.

Ao lado dos governadores José Serra (SP) e Aécio Neves (MG), o presidente do Senado, José Sarney, inaugurou um busto de Tancredo no Salão Nobre. **3 a 5**

CCJ aprova gratificação por risco de morte para policiais **8**

Paciente pode ter prontuário pela internet

Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem projeto que cria, para cada cidadão, um cadastro único nas redes pública e privada de saúde, com todas as informações médicas. **7**

Prêmio pela boa atuação do trabalhador

Projeto que tem objetivo de estimular os empregados a atingirem metas de produtividade e qualidade foi aprovado pela CAS. Proposta segue para decisão terminativa da CAE. **8**

Virgílio defende adicional por bom desempenho escolar **6**



Jane Araújo

Temer (E) observa Sarney cumprimentar Hillary Clinton: freio à corrida nuclear foi o tema principal do encontro

Hillary pede apoio contra planos nucleares do Irã

Recebida ontem de manhã pelos presidentes do Senado e da Câmara, José Sarney e Michel Temer, a secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, defendeu, na visita ao Con-

gresso Nacional, a união de esforços do Brasil e de seu país para evitar que o Irã construa armas nucleares. Hillary se encontrou depois com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. **2**

Em visita ao Congresso Nacional, secretária de Estado norte-americana adverte que país do Oriente Médio desenvolve armas nucleares e quer colaboração do governo brasileiro



Cercada pelas senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti e Rosalba Ciarlini, Hillary Clinton assina o livro de visitas

Hillary Clinton pede que Brasil combata corrida nuclear do Irã

A SECRETÁRIA DE Estado norte-americana, Hillary Clinton, foi recebida ontem pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Os temores de que o Irã produza artefatos nucleares e o relacionamento que o Brasil mantém com aquele país do Oriente Médio foram alguns dos temas abordados por Hillary em seu encontro com os parlamentares brasileiros.

– Debatermos os problemas da América Latina, as relações com o Brasil e os problemas que desafiam o futuro da Humanidade, entre eles a corrida nuclear – explicou José Sarney.

Segundo Sarney, a secretária de Estado afirmou que o Irã vem desenvolvendo armas nucleares para combater Israel e procura estabelecer uma posição hegemônica no Oriente Médio. Hillary Clinton pediu que o Brasil colabore para a não proliferação de armamento nuclear. O presidente do Senado corroborou a tradição pacifista do país e lembrou que o Brasil é signatário do Tratado de Tlatelolco, para a proibição de armas nucleares na América Latina e no Caribe, de 1967, e que integra a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, criada em 1986 por iniciativa do governo brasileiro,

à época presidido pelo próprio Sarney.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), disse concordar com a afirmação de Hillary Clinton de que o Irã tem descumprido os acordos de não proliferação de armas. Segundo ele, o Brasil tem que se colocar ao lado de todos os países que são contra o uso da energia nuclear para fins bélicos, como França e Rússia. E lembrou que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deve vir à CRE na segunda quinzena de março para debater o tema.

Agenda incluiu encontros com Amorim e Lula

A reunião de Hillary Clinton com os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, e outros parlamentares precedeu seu encontro com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, no Palácio do Itamaraty. Eles assinaram memorandos de entendimento sobre questões de gênero e mudanças climáticas

entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a United States Agency for International Development (Usaid). Hillary e Amorim concederam entrevista coletiva após o encontro.

Com o presidente Lula, o tema Irã foi retomado. O presidente sinalizou que o Brasil poderia flexibilizar em relação ao Irã.

“Eu quero para o Irã o mesmo

que quero para o Brasil: utilizar o desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos. Se o Irã tiver concordância com isso, terá apoio do Brasil. Se quiser ir além disso, o Irã irá contra o que está previsto na Constituição brasileira e, portanto, não podemos concordar”, declarou Lula.

(Com Agência Brasil)

Suplicy cobra fim do embargo econômico a Cuba

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ao Plenário ter dito à secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, durante encontro que ela manteve com senadores na manhã de ontem, que o fim do bloqueio econômico a Cuba pode colaborar para o processo de abertura democrática naquele país.

Suplicy lembrou a visita do papa João Paulo II a Cuba, em janeiro de 1998, quando ele reconheceu os avanços cubanos para que houvesse mais justiça no país, mas ponderou que o Estado moderno não pode fazer do ateísmo ou da religião um dos seus ordenamentos políticos. Recentemente, continuou o senador, o papa Bento XVI reconheceu que houve desde então maior liberdade religiosa em Cuba.



Para Suplicy, iniciativa pode colaborar para abertura democrática no país

O senador pediu que fosse transcrito nos Anais do Senado o artigo “Cuba e os Direitos Humanos, agenda incontornável”, do sociólogo Cândido Grzybowski, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), publicado pelo Blog do Noblat. No artigo,

Grzybowski, “militante desde a primeira hora do Fórum Social Mundial”, afirma que a felicidade de um povo não se limita a um bom Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e protesta contra “o que vem acontecendo em Cuba de um ponto de vista dos direitos humanos”.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as

20h de ontem serão publicados na edição do **Jornal do Senado** de amanhã, 5 de março.

CAS quer discutir as causas da mortalidade materna no país

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai discutir a mortalidade materna, dentro da programação relativa ao Dia Internacional da Mulher. Para a audiência pública sobre o tema, na próxima semana, foi convidado o ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), lembrou que a redução da mortalidade materna está dentro das Metas do Milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 189 países, mas o Brasil não está conseguindo alcançar este objetivo.

– A meta estabelece que o Brasil precisa reduzir os índices até 2015. Queremos conhecer as ações do Executivo, para que possamos cobrar de estados e municípios – disse a senadora.

A morte materna é definida



Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, foi convidado para debate

como sendo a morte de uma mulher durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias após o término da gestação, independentemente da duração ou da localização da gravidez. No *ranking* mundial, o Brasil ocupa a 65ª posição, com 140 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Três MPs aguardam votação

14h O Senado realiza sessão deliberativa, mas pauta continua trancada pelas MPs 469/09, 470/09 e 471/09, além do Projeto de Lei da Câmara 280/09.

Presidência Visita a São João del-Rei

17h O senador José Sarney visita, às 17h, o túmulo do presidente Tancredo de Almeida Neves, na Igreja São Francisco de Assis, em São João del-Rei (MG). Às 18h, participa da reinauguração do Memorial Tancredo Neves.

CI Ônibus rastreados por satélite

8h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) vota requerimento que propõe debate sobre a obrigatoriedade de os ônibus interestaduais terem dispositivo de rastreamento por satélite. Na pauta da comissão também consta projeto que estabelece a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos de carga quando adquiridos por transportadores autônomos.

CRE Novo embaixador na Mauritânia

10h Na primeira parte da reunião, a Comissão de Relações Exteriores examina a indicação de Flávio Hugo Lima Rocha Junior para o cargo de embaixador na Mauritânia. Em seguida, analisa projeto que autoriza o Poder Executivo a realizar doação para ajudar na reconstrução da Faixa de Gaza, território de refugiados palestinos no sudeste de Israel.

CPI da Pedofilia Votação de requerimentos

11h A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia (CPI) realiza reunião administrativa para votar requerimentos de convocação.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Tancredo fica ao lado dos grandes da República

Dezenas de senadores e dois governadores participaram ontem da inauguração do busto de Tancredo Neves no Salão Nobre do Senado, que antecedeu a sessão solene em homenagem aos 100 anos de nascimento do líder político (*leia mais nas páginas 4 e 5*). O presidente do Senado, José Sarney, lembrou a decisiva participação de Tancredo na "redemocratização sem traumas". Para o governador mineiro Aécio Neves (neto do homenageado), Tancredo foi um "genuíno democrata". O paulista José Serra destacou seu compromisso com o futuro.



Cercados por senadores, José Sarney, Aécio Neves e Michel Temer participaram da inauguração do busto de Tancredo

"O maior político contemporâneo do Brasil", afirma Sarney

"TANCREDO É O maior político contemporâneo do Brasil." A frase é do presidente José Sarney, ao inaugurar o busto do presidente Tancredo Neves no Salão Nobre. A escultura ficará exposta ao lado dos também ex-senadores Prudente de Moraes (presidente da República entre 1894 e 1898), Afonso Arinos (chanceler e jurista), Ruy Barbosa (ministro da Fazenda, jurista e diplomata), Joaquim Murinho (ministro da Fazenda entre 1892 e 1898, médico e engenheiro) e Nelson Carneiro (presidente

do Congresso Nacional de 1989 a 1991).

Sarney afirmou que o Brasil deve a Tancredo a redemocratização sem traumas, graças à sua atuação conciliadora, voltada para o bem de todos os brasileiros – e não para interesses de grupos. Segundo Sarney, a grande inspiração de Tancredo sempre foi o Marquês de Paraná, figura da Velha República. "Se ao Marquês de Paraná o Brasil deve a consolidação do Império e da integridade territorial, a Tancredo devemos a República

que temos hoje", disse Sarney.

Tancredo sempre foi uma presença permanente em sua vida, "uma luz permanente, um exemplo para as novas gerações", destacou o presidente do Senado, que acompanhou a trajetória de Tancredo desde o suicídio de Getúlio Vargas (1954), passando pela renúncia de Jânio Quadros (1962) e pelo período de autoritarismo, a partir de 1964.

– Ele sempre cuidou da preservação da existência do Congresso, mesmo no período autoritário, sempre buscou a transição

pacífica – frisou Sarney.

O presidente do Congresso ressaltou também o "amor comovente" que Tancredo dedicava ao neto, o atual governador de Minas Gerais, Aécio Neves, em quem via um enorme talento para a vida pública.

Aécio disse que a homenagem é altamente simbólica, porque "o Senado sempre foi a casa de Tancredo, um homem essencialmente do Parlamento". Ele acrescentou ter aprendido com o avô que "vale a pena fazer política e buscar a convergência".



Jane Araújo

Parlamentares e governadores homenageiam político mineiro

A sessão solene do Congresso que celebrou o centenário de nascimento de Tancredo Neves contou com a participação do governador de Minas Gerais e neto de Tancredo, Aécio Neves; do governador de São Paulo, José Serra; e do presidente da Câmara, Michel Temer, além de parlamentares e familiares do político mineiro, que morreu em 1985. Na abertura da sessão, a cantora Fafá de Belém interpretou o Hino Nacional.

A sessão foi conduzida pelo presidente do Senado, José Sarney, que em 1985 foi eleito, indiretamente, vice-presidente da República na chapa de Tancredo Neves, tendo assumido a Presidência em seu lugar. Na homenagem, deputados e senadores lembraram a trajetória política do mineiro de São João del-Rei, em especial sua participação no turbulento período que marcou o fim da ditadura militar e o processo de redemocratização do país. Nesse momento de grande mobilização política em defesa de eleições diretas para presidente, consolidou-se a candidatura de Tancredo Neves para representar a coligação dos partidos de oposição ao governo, reunidos na

Aliança Democrática.

Tancredo era um opositor ao regime autoritário, porém conciliador de linha moderada e formação liberal. Devido à sua história política e por ser um conciliador, era aceito pelos militares, sem risco de retrocesso político.

Polêmica

A doença de Tancredo foi tema polêmico mesmo depois de sua morte. Os diferentes diagnósticos divulgados desde sua internação – apendicite, diverticulite e infecção hospitalar – foram, após sua morte, seguidos de especulações quanto à existência de um tumor benigno (leiomioma).

Essa falta de clareza nas informações se explica pela situação política da época – havia ainda o receio de que a doença de Tancredo comprometesse a transição para o regime democrático e levasse o país de volta ao controle dos militares. Segundo depoimento de Aécio Neves – neto e então secretário particular de Tancredo –, e também do historiador e ex-ministro Ronaldo Costa Couto, temia-se que a verdade sobre a saúde de Tancredo impedisse a posse de José Sarney.

Aécio diz que seu avô foi um genuíno democrata

O governador de Minas Gerais, Aécio Neves, disse ontem que a Câmara dos Deputados foi a trincheira cívica do seu avô, o presidente eleito Tancredo Neves, nos embates em defesa da democracia. "Ele amava essa Casa", afirmou. Aécio destacou a coerência de Tancredo, seu espírito conciliador, seu estilo de ouvir mais do que falar e sua intransigência em relação aos objetivos e aos princípios democráticos que permitissem hastear as bandeiras da paz.

– Tancredo era genuinamente

um democrata. Era também, na sua essência, homem do Parlamento, especialmente atraído pelo debate das ideias. Acredito que foi justamente o exaustivo exercício do contraditório que adensou suas crenças na política como espaço para o diálogo, o entendimento e a construção dos necessários consensos em torno das grandes causas nacionais. Porém, mais do que qualquer outra coisa, Tancredo era Minas. Em tudo era Minas – disse.

O governador lembrou que seu avô dizia sentir-se mais feliz

quando fazia um bom acordo do que quando derrotava um adversário.

– Sabia ele que dividir, antagonizar, aprofundar diferenças e intransigências são sempre tarefas fáceis. E também é o caminho mais eficaz para transformar dificuldades em impasses intransponíveis. O difícil é construir o rumo e as bases para o caminho comum. É conciliar as diferenças em torno de objetivos maiores. E poucos foram tão corajosamente coerentes como ele – assinalou.

Serra: Brasil de hoje é legado de Tancredo e da Nova República

Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Leonel Brizola, Teotônio Vilela, José Richa, Mário Covas, Sobral Pinto, Raymundo Faoro e Celso Furtado foram evocados pelo governador de São Paulo, José Serra, para associar Tancredo Neves à Nova República e sua herança. Ele lembrou a conclamação de Tancredo no discurso que não pôde ler:

"Deixemos para trás tudo que nos separa e trabalhem os anos perdidos na ilusão e no confronto estéril". Neste 15 de março, a Nova República também completa 25 anos, dia em que Tancredo deveria ter

tomado posse. Para Serra, esses anos registraram inúmeras conquistas e a participação popular "coincidiu com o período de completa ausência de conspirações, golpes militares, quarteladas, intervenções preventivas e epílogos políticos trágicos ou temerários".

–O Brasil de hoje tem a cara e o espírito dos fundadores da Nova República: senso de equilíbrio e proporção, moderação construtiva na edificação de novo pacto social e político, apego à democracia, à liberdade e à tolerância, paixão infatigável pela promoção dos pobres e excluídos, pela eliminação da pobreza e pela redução das desigualdades. É



José Serra diz que participação popular crescente gerou estabilidade

na fidelidade a esse legado que haveremos de manter e superar o que até aqui se tem feito e realizar mais e melhor para o crescimento integral do povo brasileiro – concluiu.

Adelmir: setor produtivo é contrário à intervenção no DF



O senador Adelmir Santana (DEM-DF) afirmou ontem que o setor produtivo é contra a intervenção no Distrito Federal. O comunicado foi feito em audiência com o presidente José Sarney e representantes das federações da Indústria (Fibra), da Agricultura e Pecuária (Fape) e das Associações Comerciais (Faci).

A posição contrária à intervenção federal também conta com o apoio da Câmara de Dirigentes Lojistas, da Associação Comercial do Distrito Federal e de vários sindicatos, conforme nota distribuída à imprensa pela assessoria do senador.

Cristovam fala em eleição imediata

Dirigentes de sete partidos políticos decidiram ontem propor a eleição imediata de um novo governador para o Distrito Federal – a ser feita indiretamente pelos deputados distritais –, o qual teria mandato até o final deste ano. O anúncio foi feito pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ao ressaltar que seria o caminho para que seja evitada uma intervenção federal no DF.

Cristovam explicou que o novo governador não deve ter ligação política com os atuais deputados distritais e deveria se comprometer com a criação de auditorias para investigar todas as compras de produtos e serviços feitas nos últimos anos, acima de determinado valor.

Demostenes Torres resalta importância do STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem importância histórica para o Brasil como “guardião da Constituição federal, das leis e da dignidade humana”, ressaltou ontem Demostenes Torres (DEM-GO). Ele também elogiou o desempenho do ministro Gilmar Mendes à frente do tribunal.

– A ditadura militar tentou calar o Supremo Tribunal Federal. Ministros foram aposentados, vagas foram abertas. Depois se reduziu o número novamente para 11. Mas o Supremo jamais se curvou a quem quer que seja, ao poderio político, ao poderio econômico, dentro de toda e qualquer circunstância – disse.

As decisões do STF podem agradar uns e desagradar outros, afirmou o senador, assinalando que ele próprio não concordou com a súmula vinculante do STF que tratou do uso de algemas.

– Eu acho que o Supremo não deveria ter feito isso. Porque quem tem a condição de avaliar quando é que uma pessoa deve ser algemada ou não é a autoridade policial – reiterou.

Na opinião de Demostenes, o atual presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, tem se empenhado para o correto cumprimento da Constituição.

– Quero deixar aqui o meu reconhecimento aos dois anos do ministro Gilmar Mendes à frente do Poder Judiciário: um vendaval verdadeiro de dignidade, de decência, de legalidade, de cumprimento dos ditames da Constituição federal, de preservação da dignidade humana, de não se curvar a pressões, um homem que simplesmente cumpriu o Direito – afirmou.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse ainda que Gilmar Mendes “é um homem de coragem”, elogio que estendeu ao mais novo ministro do STF, José Antônio Toffoli.

Virgílio refuta críticas a projeto do Bolsa Família

Líder do PSDB lamenta comentário de Ideli Salvatti, que teria criticado proposta que prevê pagamento adicional por bom desempenho escolar para beneficiário do programa

O LÍDER DO PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse ter estranhado declarações da líder do PT, Ideli Salvatti (SC), que classificou como uma “crueldade com as crianças” o projeto de Tasso Jereissati (PSDB-CE), aprovado anteontem pelo Senado, que estabelece um pagamento adicional por bom desempenho escolar para beneficiários do Bolsa Família.

– É estimulando o estudo das crianças que o Japão se tornou a potência que é, a China se transformou no país de engenheiros que é, enquanto o Brasil ainda é o país dos bacharéis – afirmou o parlamentar.



Arthur Virgílio: proposição revela sensibilidade social

Virgílio também lamentou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha dito que a ideia não é ruim, mas que não tem verbas no orçamento para incentivá-la.

– Mas tem orçamento para a Venezuela, para Cuba, para tan-

to desperdício, para 38 ministérios, para tanta gente que é nomeada para o aparelhamento da máquina – protestou o senador.

Arthur Virgílio elogiou o programa Bolsa Família e disse que a proposta de Tasso revela muita sensibilidade social, aperfeiçoando “uma boa ideia do presidente Lula”.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu que o dinheiro seja depositado em caderneta de poupança e dado ao aluno quando este concluir o segundo grau, como forma de reforçar também a permanência na escola.

Marisa desaprova postura de Lula em visita a Cuba

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) acusou ontem o governo Lula de tornar-se cúmplice da violação aos direitos humanos em Cuba, por não ter condenado a situação dos presos políticos em recente visita àquele país. Na ocasião, morreu o dissidente Orlando Zapata Tamayo, após 85 dias de greve de fome.

Marisa Serrano observou que Lula teria apenas lamentado que “uma pessoa se deixe morrer”, quando o próprio presidente usou o recurso da greve de fome quando também foi preso político. Marisa Serrano afirmou que, ao contrário da postura assumida pelo governo brasileiro, os Estados Unidos e a União Europeia cobraram, imediatamente, a libertação de 200 presos políticos cubanos.



Marisa: EUA e UE cobraram a libertação de presos políticos

Cavalcanti: classificação de hotéis é equivocada

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) criticou ontem a proposta de nova classificação de hotéis que o governo federal pretende implantar. Para ele, o que Ministério do Turismo propõe ao setor hoteleiro, sem discussão, utiliza a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 como pretextos para “resgatar, de forma autoritária, um sistema que já se provou equivocado em tempos anteriores”.

Segundo Roberto Cavalcanti, a iniciativa pode ser entendida pelo empresariado como uma manobra do governo.

– Copa do Mundo e Olimpíadas não podem ser pretextos para a voracidade da sanha arrecadatória e regulamentadora, que, entre outros riscos, pode trazer de volta a danosa prática da compra de estrelas de antigamente – alertou.



Senador teme pela volta da “compra de estrelas”



Senador cita estudo da Receita para apontar problemas de Manaus

Jefferson Praia cobra funcionários para alfândega

Jefferson Praia (PDT-AM) anunciou ontem que vai solicitar ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, e ao secretário da Receita Federal do Brasil, Otacílio Cartaxo, providências “para resolver os problemas de alfândega do porto e do aeroporto de Manaus”, decorrentes da carência de funcionários e de problemas de infraestrutura.

O senador baseou-se em estudo da própria Receita segundo o qual o porto de Manaus apresenta um déficit de 60 auditores fiscais e 15 analistas tributários. Em contraste, há excedente de 57 servidores em Salvador, 22 em Juiz de Fora e 13 em Aracaju.

Incompetência é causa de crise no Piauí, diz Heráclito

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que o Piauí atravessa graves problemas financeiros. O senador atribuiu a crise econômica à suposta incompetência gerencial do governador, Wellington Dias, e à insensibilidade do governo federal com o Norte e o Nordeste. De acordo com Heráclito, desde o início de seu mandato, Wellington Dias não teria estabelecido como prioridades as reais necessidades do estado, mas sim “pequenas promessas eleitoreiras”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Geovani Borges • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Flexa Ribeiro propõe estímulo a investimentos em comunicações

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) questionou ontem as razões pelas quais o governo e as empresas passaram a ignorar o modelo de parceria instituído pela Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/97) e a entrar em conflito com as discussões sobre a reativação da Telebrás, “que significa uma mudança radical no papel do Estado no setor”.

Para resgatar “o belo e eficiente” modelo previsto na legislação adotada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, Flexa Ribeiro disse que apresentou três projetos de lei.

O mais recente, apresentado ontem, surgiu a partir de uma constatação: o sistema de reversibilidade – pelo qual todos os bens considerados essenciais para a continuidade e atualidade do serviço de telefonia serão revertidos ao fim da concessão

– não garante a necessária segurança jurídica para os investimentos privados. Por isso, Flexa Ribeiro sugeriu como alternativa a regulamentação da função social da propriedade das redes.

Outra proposta do senador, o PLS 283/09, permite que sejam aplicados recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) no subsídio do consumo de serviços prestados em regime público destinados à população de baixa renda. O PLS 6/10, também de Flexa Ribeiro, institui o Fundo de Investimentos em Telecomunicações (Fitel), com objetivo de estimular investimentos no setor.

O senador acredita que, com as três medidas, o Brasil poderá ter a esperada universalização das telecomunicações.

Simon elogia *Jornal do Brasil* por estimular protestos dos cidadãos

Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou otimismo com o projeto Exigir, Existir, a ser implantado pelo *Jornal do Brasil*. Trata-se de um espaço dado ao leitor para reclamar seus direitos e transformá-los em demanda coletiva, que, avalia, poderá contribuir para coibir a impunidade, diminuir a corrupção, melhorar as condições de vida da população e reduzir as mazelas sociais.

– O *Jornal do Brasil* está criando um espaço de grande importância não só para resolver situações particulares, mas para disseminar a mobilização coletiva. O jornal as torna coletivas pela repercussão e pela própria mobilização – explicou.

Simon afirmou que não será no interior das instituições públicas brasileiras que surgirão

as mudanças político-institucionais de que o Brasil necessita, mas “da voz” da sociedade organizada.

– A partir do momento que o cidadão brasileiro passa a ocupar o seu espaço, deixa de ser objeto da política e passa a ser cidadão da história – frisou.

Para Simon, o *JB* percebeu que deveria motivar o público, que acha que, no Brasil, tudo “acaba em pizza” e acostumou-se, em seu dia a dia, a ter “pequenas violações” nos direitos de cidadãos e trabalhadores.

– Talvez o jornal esteja contribuindo para uma mudança radical em suas manchetes ou na mídia brasileira dos últimos tempos. Não para escamotear a notícia, mas para mudar porque os fatos mudaram; porque o cidadão o exigiu.

Mário Couto cobra da Câmara decisão sobre aposentados

O senador Mário Couto (PSDB-PA) voltou a apelar aos deputados para que apreciem logo os projetos que tratam do reajuste aos aposentados e do fim do fator previdenciário. As propostas estão na pauta da Câmara desde o ano passado.

Mário Couto atribuiu a dificuldade na votação das matérias à pressão do governo sobre sua bancada na Câmara, apesar das vigílias realizadas por senadores e das manifestações de entidades representantes dos aposentados e pensionistas. O Executivo, disse, temeria o impacto da mudança sobre os cofres da Previdência Social.

– Não tem recurso? E os gastos do governo que crescem a cada mês? – questionou.

De acordo com o senador, as perdas acumuladas nos vencimentos dos aposentados, em comparação com o salário mínimo, somam 66,10% no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ele informou que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, as perdas foram de 18%.

– O governo Lula abandonou

os aposentados. Justamente o governo Lula, que concede Bolsa Família a milhões de pessoas e que prometeu que ia acabar com o sofrimento dos aposentados, que ia acabar com o fator previdenciário – disse.

Mário Couto também lamentou o que, a seu ver, configura um quadro de submissão do Legislativo ao Executivo.

– Muitos deputados não têm moral pra praticar uma política decente. Vivem com pires na mão na porta do Planalto.



Para Mário Couto, há uma submissão do Legislativo ao Executivo

Sistema Único de Saúde e toda a rede privada deverão reunir, em um só arquivo, os dados médicos de cada brasileiro, em um cadastro acessível pela internet

CCT aprova prontuário único eletrônico para pacientes

OS USUÁRIOS DE serviços de saúde de todo o país passarão a contar com um prontuário eletrônico, segundo projeto da ex-senadora Roseana Sarney aprovado ontem, por unanimidade, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A proposta ainda vai à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa.

Segundo o projeto (PLS 474/08), será criado um cadastro único nacional de usuários, de profissionais de saúde e de unidades de saúde, que abrangerá todos os cidadãos brasileiros, todos os profissionais do setor que atuem no país e os serviços de saúde públicos e privados. Cada cadastrado terá um número

de identificação.

Ainda de acordo com o projeto, cabe ao Sistema Único de Saúde (SUS) desenvolver o sistema de prontuário eletrônico do paciente, que ficará acessível pela internet. O prontuário deverá ainda ser protegido por meio de sistema de criptografia e de segurança de acesso para assegurar a privacidade e a confidencialidade das informações sobre a saúde dos usuários.

– Estamos aprovando a portabilidade do prontuário – celebrou o relator do projeto na CCT, senador Wellington Salgado (PMDB-MG). Ele observou que o novo prontuário eletrônico permitirá imediatamente a um médico obter o histórico do paciente que estiver à sua

frente, mesmo que o veja pela primeira vez.

Ao elogiar a proposta, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) lembrou que os usuários de serviços de saúde sabem “como é importante resgatar a história do paciente”. Cícero Lucena (PSDB-PB) disse que, quando foi prefeito de João Pessoa, cada um dos 900 agentes de saúde da prefeitura contava com um pequeno computador de mão para alimentar com informações o prontuário do beneficiado.

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP), ex-secretário de Saúde do Amapá, elogiou a criação do prontuário eletrônico, que facilitará o trabalho dos médicos e permitirá um atendimento melhor aos pacientes.



Flexa Ribeiro preside reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, que deu voto favorável ao projeto que agora vai para a CAS

Projeto amplia o direito do consumidor em caso de queixa

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) poderá ser alterado para prever mais uma causa de interrupção do prazo para reclamação pelo consumidor, em caso de problema aparente ou de fácil constatação em produtos e serviços. É o que estabelece projeto da Câmara (PLC 193/08) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria segue para exame do Plenário.

A decadência (perda do direito pela falta de seu exercício no prazo estabelecido por lei) é interrompida, segundo o projeto, com a oficialização da reclamação perante órgão ou entidade de defesa do consumidor, até a negativa formal do fornecedor em audiência ou o descumprimento do acordado. Esse seria um estágio anterior à reclamação judicial. O objetivo do projeto é garantir o exercício do direito, uma vez que o consumidor já teria – de alguma forma – manifestado inconformidade com o produto ou serviço prestado.

De autoria do deputado Celso Russomanno (PP-SP), o projeto foi aprovado com relatório favorável da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). A relatora acatou as duas emendas que já haviam sido incluídas no texto

quando do exame pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Uma delas restringe o local para apresentação da reclamação aos órgãos públicos de defesa do consumidor. No projeto original, havia a possibilidade de reclamação também junto a órgãos privados.

O autor informa que dispositivo do Código do Consumidor (Lei 8.078/90) originalmente aprovado pelo Congresso, mas vetado pelo presidente da República, previa como causa de interrupção, pelo prazo de 90 dias, a reclamação oficializada em órgãos de defesa do consumidor.

As outras duas condições que impedem a prescrição dos prazos permaneceram: a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor até a resposta negativa e a instauração de inquérito civil até seu encerramento.

Pela redação atual do artigo 26 do Código do Consumidor, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação decaiu em 30 dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis, e em 90 dias, quando o caso é de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

Fátima Cleide assume a CE em votação unânime

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) foi eleita ontem, por unanimidade, presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Ela substituiu o senador Flávio Arns (PSDB-PR), que precisou abrir mão da presidência da comissão quando se desfilou do PT, no ano passado.

Fátima Cleide garantiu que seu trabalho à frente da comissão se fará em sintonia com senadores de todos os partidos, em especial com a vice, Marisa Serrano (PSDB-MS). Fátima lembrou que, no final de mês de março, será realizada em Brasília a Conferência Nacional da Educação.



Fátima Cleide: trabalho será em sintonia com todos os partidos

Finalidade de projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais é estimular os trabalhadores a atingirem metas de produtividade e qualidade



Lobão Filho, Augusto Botelho e Paulo Paim, que propôs audiência sobre destinação dos recursos do pré-sal à Previdência

Trabalhador poderá receber prêmio por bom desempenho

OS TRABALHADORES QUE obtiverem bom desempenho poderão receber prêmios de suas empresas, sem que tais valores onerem os encargos trabalhistas do empresário. Projeto de lei com essa finalidade foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Agora, a matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa.

De autoria do então deputado Júlio Redecker, já falecido, a proposição (PLC 286/09) tem o objetivo de estimular os trabalhadores a atingirem metas de qualidade e produtividade.

Prêmio por desempenho, segundo definição do projeto, é a retribuição ou a recompensa em forma de bens ou serviços concedida de forma espontânea pelo empregador, tanto a seus

empregados como a terceiros sem vínculo empregatício. Pela proposta, o prêmio será concedido de forma individual ou coletivamente, no máximo, quatro vezes ao ano.

O projeto também exige que o prêmio seja divulgado amplamente e com regras claras aos empregados e terceiros interessados. A medida altera a legislação (Lei 10.101/00) que trata da participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.

O relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), disse que a aprovação da matéria homenageia a atuação de Redecker em benefício dos trabalhadores. A presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), e os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Flávio Arns (PSDB-PR) também lembraram o trabalho do

parlamentar.

– O deputado deixou essa marca aos trabalhadores, fazendo com que o mérito seja valorizado – considerou Rosalba Ciarlini.

Pré-sal

A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social vai discutir em audiência pública a importância de destinar recursos do pré-sal para a Previdência Social. Requerimento com esse objetivo, de autoria do senador Paulo Paim, foi aprovado ontem pela comissão.

Por iniciativa do senador Flávio Arns, a Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência promoverão audiência pública para debater temas de interesse dessa parcela da população.

Emenda à Constituição garante adicional por risco de morte

Proposta de emenda constitucional aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode garantir aos policiais o benefício de uma gratificação pelo desempenho de atividades com risco de morte. Iniciativa do senador Romeu Tuma (PTB-SP), a PEC 34/09 é subscrita por outros 27 senadores e vai ao Plenário.

A proposta modifica a Constituição para permitir que possa ser acrescido aos salários dos policiais o pagamento de compensação securitária. Os policiais fazem parte de um grupo de carreiras em que os servidores são remunerados na forma de subsídio, pago em parcela única e sem qualquer forma de gratificação. O texto, portanto,

estabelece uma exceção para que os policiais possam passar a receber a gratificação.

Os autores alegam que a revisão da regra geral é uma medida “justa, digna e legítima”, com a gratificação servindo como meio eficaz de o Estado reconhecer que a integridade física e mental e a vitalidade do policial são essenciais para quem está em permanente atividade de risco.

O relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), manifestou seu apoio à concessão da gratificação. Segundo ele, a permanente exposição a riscos é fonte de estresse e pode de fato comprometer a saúde e a integridade física do servidor.

Para atender às especifici-



Romeu Tuma é autor da medida que poderá beneficiar policiais

dades da carreira policial, Valadares considerou necessário alterar o instituto do subsídio. Esse instrumento foi instituído por meio da Emenda Constitucional 19/98 como a forma ideal de remuneração de algumas categorias de agentes públicos, a exemplo de magistrados e dos detentores de mandato eletivo, além dos policiais.

Segue para o Plenário criação de 100 cargos de procurador do BC

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, e enviou para o Plenário em regime de urgência, projeto que cria 100 cargos de procurador do Banco Central. Na mensagem que acompanha a proposta (PLC 318/09), o governo informa que o impacto orçamentário será de R\$ 17 milhões por ano, quando os novos postos estiverem preenchidos.

Atualmente, a carreira dispõe de 200 procuradores. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, argumenta que alterações legais impuseram novos encargos ao Banco Central nos últimos anos, resultando em mais atribuições para sua procuradoria. No entanto, observa, o número de procuradores é o mesmo desde 1998.

O relator na CCJ, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresentou voto favorável à maté-

ria, afirmando que permitir o aumento do número de procuradores trata-se de decisão estratégica de Estado.

Conforme o senador, a importância do BC ficou mais evidente nos últimos tempos, quando a instituição se mostrou instrumento indispensável para assegurar a estabilidade do sistema bancário brasileiro, que, observou, passou de forma positiva pelas recentes turbulências da economia mundial.

– Trata-se, assim, de entidade que exerce uma função irrenunciável do Estado moderno e deve ter instrumentos e recursos para tal – assinalou Jereissati.

O senador lembrou também que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que aprovou a matéria em fevereiro, já atestou a adequação econômico-financeira e orçamentária da proposição.



Demostenes (E), presidente da Comissão de Justiça, conversa com Jereissati

CCJ rejeita proposta que fixa os juros reais em 12% ao ano

A tentativa de se restabelecer taxa de juros reais máxima de 12% ao ano nas operações de crédito realizadas pelo Sistema Financeiro Nacional foi rejeitada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ontem o colegiado deu o voto contrário ao projeto de lei (PLS 404/03 – Complementar) do senador Magno Malta (PR-ES) que pretendia resgatar a limitação dos juros reais, fixada anteriormente pela Constituição. A matéria será agora examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Em seu relatório, Demostenes Torres (DEM-GO) chegou a admitir a admissibilidade jurídica, constitucional e regimental da proposta, mas opinou pela sua rejeição quanto ao mérito. Conforme assinalou, a Emenda Constitucional 40/03 suprimiu a limitação pelo entendimento de que não era adequado fixar a taxa de juros por meio de lei.

Recém-nascidos

A CCJ também rejeitou pro-

jetos de lei (PLC 77/07) que obrigava hospitais a armazenar amostras de material genético do recém-nascido para fins de identificação ou confirmação da maternidade pela análise do DNA. A proposta ainda será examinada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Ao apresentar parecer pela rejeição, Lobão Filho (PMDB-MA) argumentou que melhor seria garantir a identificação da gestante no acesso ao hospital e do recém-nascido logo após o parto, entre outras providências. Augusto Botelho (PT-RR) também se manifestou contrário ao projeto.

Lobão Filho apresentou ainda votos pela prejudicialidade de outros dois projetos: o PLC 51/09, que regulamenta as transmissões da TV Câmara, TV Senado e TV Justiça em canal aberto, e o PLC 198/09, que dispõe sobre a consignação de canais de televisão para a União no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Áção militar autorizada em área indígena

A regulamentação da presença e da atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal (PF) em terras indígenas por lei complementar, e não mais por decreto, foi aprovada ontem pela

CCJ e segue agora ao exame da Comissão de Relações Exteriores (CRE). Apresentada por Augusto Botelho (PT-RR) e com parecer favorável do relator, Neuto de Conto (PMDB-SC), a proposta

(PLS 69/04) – que tem como base o Decreto 4.412/02 – estabelece que passa a ser considerado de relevante interesse público da União que as Forças Armadas e a PF tenham livre trânsito e acesso

a terras indígenas. O projeto autoriza ainda as Forças Armadas e a PF a instalem unidades nessas áreas, além de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima.